ATA DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIADA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2023.

PRESIDENTE: VEREADOR CARLOS MUNIZ

1º SECRETÁRIO: VEREADOR ISNARD ARAÚJO

2º SECRETÁRIO: VEREADOR TEO SENNA (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALBERTO BRAGA, ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, ANDERSON NINHO, ARNANDO LESSA, ÁTILA DO CONGO, AUGUSTO VASCONCELOS, CARLOS MUNIZ, CAROLINO, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DUDA SANCHES, FÁBIO SOUZA, GEORGE REIS, HÉLIO FERREIRA, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ ANTONIO, JULIO SANTOS, KIKI BISPO, LAINA CRISÓSTOMO, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELO MAIA, MARTA RODRIGUES, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RANDERSON LEAL, RICARDO ALMEIDA, ROBERTA CAIRES, SABÁ, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TIAGO FERREIRA, estando licenciados os vereadores ANDRÉ FRAGA e EDVALDO BRITO. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projetos de Lei n.s 230/23 da vereadora Roberta Caires, 231/23 do vereador Tiago Ferreira, 232 e 233/23 do vereador Marcelo Maia, 234/23 do vereador Isnard Araújo, 235/23 da vereadora Ireuda Silva, 236/23 do vereador Tiago Ferreira, 237/23 do vereador Daniel Alves, 238 e 239/23 do vereador Marcelo Maia e 240 e 241/23 do vereador Leandro Guerrilha; Projetos de Resolução n.s 109 e 110/23 do vereador Carlos Muniz; Projetos de Indicação n.s 214 e 215/23 do vereador

Marcelo Maia, 216/23 da vereadora Laina Crisóstomo e 217/23 do vereador Leandro Guerrilha; Requerimento de Utilidade Pública n. 72/23 do vereador Carlos Muniz; e Requerimentos de licença de vereadores. Terminada a leitura do Expediente, o senhor presidente convidou à Mesa a presidente da Fundação Nacional de Artes (Funarte) e vereadora licenciada da CMS Maria Marighella. Na **Tribuna Popular**, o senhor Luís Antônio de Souza, da Associação dos Moradores da Rua do Barro Vermelho, pediu socorro quanto aos perigos que ameaçavam a Cidade. Destacou a questão da Praia do Buracão, no Rio Vermelho, para a qual se planejava a construção de torres prediais que causariam sombreamento à praia. Salientou o papel dos vereadores, lembrando as Leis aprovadas na CMS sobre o uso do solo, o qual considerou pautado, nos últimos anos, por interesses privados. Expos detalhes sobre a questão da Praia do Buracão e entregou ao senhor presidente um parecer técnico demonstrando os perigos do empreendimento almejado para o local. Dando continuidade à Tribuna Popular, o senhor Gustavo Figueiredo Mercês, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), discorreu sobre a eleição para o Conselho Tutelar. Situou as políticas para a criança e o adolescente no âmbito das ações conjuntas entre os setores privado e público. Disse que a eleição para o Conselho, em 1º de outubro, seria para 120 vagas e explicou como seria organizada essa eleição. Destacou a importância do conselheiro tutelar no amparo às crianças vítimas de violência. Declarou esperar que aposentados da CMS pudessem atuar nessa área. Ainda em continuidade à Tribuna Popular, o senhor Antônio dos Santos, da Associação Casa do Povo, de Valéria, expôs que os ônibus não vinham circulando normalmente no bairro por questões de segurança, o que fazia pessoas terem de caminhar por até sete quilômetros. Agradeceu à gestão do prefeito Bruno Reis e pediu, sobre a questão, ação conjunta e apartidária do Município e do Estado. O senhor presidente expressou solidariedade ao orador e repassou informação do prefeito sobre reunião que ocorreria, às 16h30, envolvendo o Secretario de Mobilidade e o Comando da Polícia Militar (PM), para se buscar a normalização da situação,

desde que houvesse segurança para tanto. Nos **Comentários à Tribuna Popular**, a vereadora Marta Rodrigues discorreu sobre a questão da Praia do Buracão e sobre questão correlata em Stella Maris, apontando o perigo do sombreamento nas praias. Exigiu respeito ao Plano-Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), ao Estatuto das Cidades e à Lei Orgânica do Município (LOM), observando que não houvera, ainda, revisão do PDDU e que o prazo legal para tanto era de até oito anos. O vereador Augusto Vasconcelos afirmou a importância da eleição para o Conselho Tutelar. Elogiou o discurso do representante da Praia do Buracão, lamentando a ausência de resposta formal do secretário João Xavier, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), à Ouvidoria da CMS. Criticou a outra obra, em Stella Maris, que ameaçava nascente de rio. Destacou as praias como um espaço público, a ser usado como tal, e criticou a não-revisão do PDDU. O vereador Sílvio Humberto reprovou o modo como como a Prefeitura tratava a questão do uso do solo. Afirmou que pretensões empresariais, como as vistas na Praia do Buracão e em Stella Maris, não retiravam Salvador do seu círculo vicioso de pobreza. Colocou o seu mandato à disposição desse pleito. O vereador Isnard Araújo declarou estar certo de que o prefeito estava atento à questão da Praia do Buracão. Afirmou a amplitude do papel do conselheiro tutelar e disse que pediria ao prefeito melhorias para o Conselho Tutelar. A vereadora Laina Crisóstomo afirmou que o prefeito promovia desmonte das terras públicas e destruição ambiental. Também criticou o prefeito por não interagir com pessoas que o demandavam e por se declarar refratário à revisão do PDDU. Apontou a falta de resposta da Prefeitura sobre a questão do Buracão. Pediu posicionamento da bancada governista e lembrou que a Oposição pedia a revisão do PDDU havia muito tempo. Pela ordem, o vereador Arnando Lessa propôs comissão de vereadores, inclusive governistas, para tratar das questões do Buracão e de Stella Maris. Pela ordem, o vereador Sidninho se pronunciou pela Comissão de Planejamento Urbano, a qual presidia, observando que a última revisão do PDDU acontecera sete anos antes. Rejeitou o discurso da

vereadora Laina Crisóstomo e disse que a Comissão de Planejamento Urbano queria debater a questão das construções nas praias, inclusive em audiência pública. O vereador Tiago Ferreira colocou o mandato à disposição dos moradores do Buracão. Expressou interesse pela volta da circulação dos ônibus em Valéria. Criticou a Prefeitura pelo fechamento de postos de saúde, o que atribuiu a interesse em desfavor do Governo do Estado. Pela ordem, a vereadora Laina Crisóstomo rejeitou termo ofensivo a ela dirigido pelo vereador Sidninho, cuja retirada da Ata pediu, havendo o senhor presidente acolhido o pedido. O vereador Ricardo Almeida contestou alguma responsabilização da Prefeitura pela questão dos ônibus em Valéria. Defendeu uma Salvador ordeira e pacífica, com segurança e educação. Elogiou a disposição do vereador Sidninho em fazer audiência pública sobre construções nas praias e conclamou os pares a esse debate. O vereador Cláudio Tinoco contou ter estado em reuniões com os moradores do Rio Vermelho e disse que a Casa estava de braços abertos para eles. Destacou a ampla discussão na elaboração do PDDU vigente. Afirmou que a indústria imobiliária trazia pujança à Cidade e que isso era visível nas ruas. Disse que trabalharia por todos, não somente pelos moradores do Rio Vermelho, mas, pelos moradores de bairros populares que também frequentavam a Praia do Buracão. Lamentou a falta de segurança no Rio Vemelho, apontando que isso prejudicava a frequência ao bairro. Pela ordem, o vereador Átila do Congo disse que os assaltos afastavam clientes dos bares do Rio Vermelho. Foram votadas e aprovadas as licenças dos vereadores André Fraga (18 a 20 de setembro), Augusto Vasconcelos (4 de setembro) e Edvaldo Brito (13 a 20 de setembro). Foi promulgada a Resolução n. 3.224/23. O vereador Kiki Bispo relatou contato com o secretário João Xavier, o qual lhe garantira a legalidade no tratamento à questão das construções nas praias. Indagou sobre o destino do colégio Odorico Tavares, que fora fechado pelo Governo do Estado, e de obras em terrenos que afirmou serem área do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN). O vereador Arnando Lessa mencionou a Frente Parlamentar dedicada ao meio ambiente, considerando-a

âmbito adequado para se debaterem os temas trazidos pelo vereador Kiki Bispo. Pediu diálogo entre a SEDUR e os moradores das regiões de praia. Comentou sobre áreas que o Município mantinha em situação indefinida. Afirmou que o PDDU, de 2016, fora alterado várias vezes para atender a interesses diversos. Nas **Representações Partidárias**, a líder da Oposição, vereadora Laina Crisóstomo defendeu a participação popular no uso do solo. Expôs fala do prefeito em que ele expressara receio de desagradar os investidores de empreendimentos imobiliários. Pediu atenção à eleição para o Conselho Tutelar, sobre cuja importância discorreu. Sublinhou que a violência política de gênero era somente contra as mulheres. Expôs sobre a campanha *O Amor Vence*, criada em função da apreciação de Projeto de Lei no Congresso Nacional que poderia extinguir a união legal homoafetiva. Explicou que o Projeto de Lei seria apreciado, no dia seguinte, em Comissão do Congresso e que a campanha era pela manutenção do direito de casais homoafetivos, muitos já formalmente constituídos. Expôs o documento formal de sua própria união conjugal com a sua companheira, indagando se a sua situação familiar poderia deixar de existir. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por quinze minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO